

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007971-77.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **Rodrigo Invenzione**  
 Requerido: **Luis Carlos Barbano**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos****Vistos.**

**Rodrigo Invenzione** ajuizou ação de reparação de danos decorrente de acidente de trânsito contra **Luiz Carlos Barbano** alegando, em síntese, que no dia 31 de maio de 2017, por volta de 13h30min, trafegava com sua motocicleta Honda CBX 250 Twister, ano 2007, placas CWT-8950, pela Rua Ruy Barbosa, sentido bairro, quando ao cruzar com a Rua XV de Novembro, foi interceptado pelo veículo do requerido, o qual desrespeitou o sinal vermelho. O sinal estava verde para o autor. Os danos na motocicleta foram orçados em R\$ 8.370,58 (menor orçamento). Apontou lucros cessantes, na ordem de R\$ 1.200,00 mensais (média de 400 entregas a R\$ 3,00 cada). Defendeu ocorrência também de danos morais, que devem ser arbitrados no valor correspondente a 50 salários mínimos. Em razão da cirurgia, precisou se submeter a cirurgias no ombro esquerdo, ficando com cicatrizes, o que representa também dano estético, no montante de R\$ 18.740,00. Pediu a condenação do réu ao pagamento dessas indenizações. Juntou documentos.

As partes não se conciliaram em audiência.

O réu foi citado e contestou alegando, em suma, que os condutores de veículos, em cruzamentos, devem ter redobrada cautela. Afirmou que o veículo do autor estava em alta velocidade, em função dos danos de média monta, lembrando que se tratava de motoboy em horário de serviço. E como já estava com seu veículo na via, não podia retornar nem frear bruscamente, sendo sua a preferência pela passagem. A colisão se deu na parte lateral do veículo do réu. Negou a culpa na causação do acidente. Impugnou o pedido de indenização pelo lucros cessantes. Postulou a improcedência da ação. Juntou



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

documentos.

O autor apresentou réplica, negando transitar em alta velocidade. Afirmou que se encontrava parado no cruzamento, aguardando o sinal abrir para somente então transpor a intersecção. Quando o sinal permitiu, avançou com sua motocicleta, momento em que foi colhido pelo automotor do réu. Reafirmou a culpa do réu e o cabimento da indenização.

Em audiência foi ouvida uma testemunha do autor.

Foram determinadas diligências probatórias, o autor juntou documentos, houve resposta da empresa onde o autor trabalha, e o réu se manifestou, encerrando-se a instrução.

**É o breve relatório.**

**Fundamento e decido.**

O pedido é procedente em parte.

É certo que as versões oferecidas pelas partes, por ocasião da lavratura do boletim de ocorrência, foram conflitantes, pois ambas afirmaram que avançaram o cruzamento das Ruas Ruy Barbosa e XV de Novembro quando o sinal estaria verde (fls. 22/23).

No entanto, o autor arrolou testemunha presencial, Milton Aparecido dos Santos, o qual informou que estava parado no sinal, na Rua Ruy Barbosa, e havia outro veículo à sua frente, uma Tucson. Era, portanto, o segundo veículo parado no sinal naquela via. Uma vez aberto o sinal, a Tucson saiu e freou, impelindo a testemunha a frear seu veículo também. No entanto, a motocicleta do autor avançou e, no cruzamento, acabou colidindo com o veículo do réu, um Astra preto. O sinal estava verde para quem vinha da Rua Ruy Barbosa havia dois ou três segundos (fl. 124).

Este depoimento foi fundamental para esclarecer a controvérsia. Veja-se que o réu efetivamente avançou o sinal vermelho, quando transitava pela Rua XV de Novembro, o que motivou o veículo que estava à frente da testemunha a frear e evitar a colisão, logo que o sinal ficou verde para quem vinha da Rua Ruy Barbosa. Não há dúvida, então, de que o réu avançou o sinal vermelho, incorrendo em gravíssima infração, a representar culpa na causação do acidente.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No entanto, a versão do autor não pode ser integralmente acolhida. De fato, na petição inicial ele não foi muito claro quanto à dinâmica do acidente, especialmente de sua conduta pretérita à colisão, limitando-se a reproduzir o quanto contido no boletim de ocorrência. No entanto, em réplica, o autor negou estar transitando em alta velocidade e afirmou que se encontrava parado no cruzamento, aguardando o sinal abrir para somente então transpor a intersecção. Assim, quando o sinal permitiu, avançou com sua motocicleta, momento em que foi colhido pelo automotor do réu (fls. 100/102).

Esta versão não encontra respaldo no depoimento da testemunha. Isto porque, caso o autor estivesse parado no sinal, pela Rua Ruy Barbosa, para aguardar o sinal verde, certamente conseguiria evitar a colisão com o veículo do réu, pois este, como visto, desrespeitou o sinal vermelho e avançou indevidamente naquele cruzamento. Ademais, presume-se que o autor estava mesmo em velocidade alta, haja vista que, para além de não ter conseguido evitar a colisão – como os outros veículos conseguiram – o choque com o veículo do réu gerou danos de média monta (fl. 24).

Assim, reconhece-se a culpa concorrente do autor e do réu na causação do acidente. A do réu, porque avançou o sinal vermelho, infringindo os artigos 34, 89 e 208, do Código de Trânsito Brasileiro. A do autor, porque estava em velocidade excessiva, conduta no mínimo perigosa, principalmente em se tratando de cruzamento de vias, que exige cautela redobrada, como aponta o Código de Trânsito Brasileiro em seus artigos 44 e 45.

No entanto, é evidente que a culpa do réu, por ter avançado o sinal vermelho em um cruzamento, é mais grave do que a do autor, o qual embora estivesse em velocidade excessiva, de modo a não permitir que evitasse a colisão, efetuou o cruzamento com o sinal verde. Isto será levado em conta na fixação da indenização, na dicção do artigo 945, do Código Civil: *Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.*

Quanto aos danos materiais, o autor trouxe três orçamentos, sendo o menor deles no valor de R\$ 8.370,58 (fl. 27 ), não tendo havido impugnação da parte contrária. Assim, considerando a culpa concorrente, atribui-se ao réu 2/3 das despesas para reparação


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

da motocicleta do autor, chegando-se a R\$ 5.580,38.

No tocante aos lucros cessantes, o autor demonstrou que recebia em torno de R\$ 1.200,00 mensais (média de 400 entregas a R\$ 3,00 cada), conforme documentos de fls. 45 e 186, na condição de motoboy. É certo, ainda, que o autor foi submetido a atendimento em hospital após o acidente, com diagnóstico de luxação no ombro (fls. 31/36, 37/41), submetendo-se a duas cirurgias (fls. 132/160 e 164/183).

No entanto, não se realizou perícia, que poderia melhor dimensionar o tempo de afastamento do autor de suas atividades. Assim, considerada a reduzida gravidade do fato, apesar da necessidade de intervenção cirúrgica, e levando em conta, também, a culpa concorrente, arbitro por equidade que o réu pagará ao autor lucros cessantes por três meses, o que representa R\$ 3.600,00.

Os danos morais também são evidentes. O autor sofreu danos físicos que implicaram internação e, no mês seguinte, duas intervenções cirúrgicas, como já analisado. Não se trata de fato comum, do cotidiano, a caracterizar mero aborrecimento, mas sim fato grave. Tivesse o acidente de trânsito se limitado aos danos materiais, seria difícil pensar em algum reflexo mais sério para a tranquilidade e dignidade do autor. Mas, no caso em apreço, ele sofreu muito com o acidente, fazendo jus a compensação pelo dano extrapatrimonial, a qual arbitro, também levando em consideração sua culpa concorrente, em R\$ 3.000,00.

Não comporta acolhimento o pedido de indenização por dano estético, à falta de prova. A simples realização de cirurgia, principalmente pelo local do corpo (ombro), não implica dano estético. De resto, não há nenhum documento que permita visualizar como está o autor depois do evento danoso. Assim, diante da presumida cicatriz de pequeno porte, localizada em parte do corpo não visível ostensivamente, como o rosto, por exemplo, tal pedido é improcedente.

Ante o exposto, **julgo procedente em parte o pedido para:**

**(i) condenar o réu a pagar ao autor indenização por danos materiais no valor de R\$ 5.580,38 (cinco mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e oito centavos), com correção monetária, utilizada a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar da data do orçamento considerado, e juros de mora, de 1% ao mês,**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**contados do evento danoso;**

**(ii) condenar o réu a pagar ao autor indenização por lucros cessantes no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), com correção monetária, utilizada a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar dos três meses posteriores ao fato, e juros de mora, de 1% ao mês, contados do evento danoso;**

**(iii) condenar o réu a pagar ao autor indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária, utilizada a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar da deste arbitramento, e juros de mora, de 1% ao mês, contados do evento danoso.**

**Em consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Diante da sucumbência recíproca, as despesas processuais serão suportadas na proporção de um terço para o autor e dois terços para o réu, nos termos do artigo 86, *caput*, do Código de Processo Civil.

Considerando que os honorários advocatícios são direito do advogado, sendo vedada a compensação, nos termos do artigo 85, § 14, do Código de Processo Civil, condeno o réu ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado do autor, arbitrados em 15% (quinze por cento) do valor atualizado da condenação, e condeno o autor a pagar ao advogado do réu honorários advocatícios arbitrados por equidade em R\$ 1.000,00 (um mil reais), observada a parcela de pedidos rejeitados, o proveito econômico obtido por cada uma das partes, o resultado da demanda e os demais critérios do artigo 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil, respeitado o disposto no artigo 98, § 3º, do mesmo diploma legal, em razão da gratuidade processual deferida ao autor.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 13 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**